

Violência doméstica (Concl.)

JOSÉ DIQUISSONE TOLE

CURIOSAMENTE, na área do negócio próprio, são os homens que menos denunciam a violência doméstica, cuja taxa é de 12.5% contra 5% de mulheres, confirmando-se a percepção geral de que as mulheres que geram rendimentos próprios manifestam-se mais perante a violência doméstica.

Quando se analisa a tabela de rendimentos, observa-se que, no conjunto das vítimas que não denunciam a violência doméstica 37.5% e 10% são mulheres que angariam menos de três mil meticais e cinco mil meticais por mês, respectivamente, contra 15% e 5% de homens, confirmando-se a hipótese central desta pesquisa que avança o entendimento geral de que quanto maior for a dependência do membro da família maior é a exposição ao silêncio em relação à violência.

Apenas 2.5% de mulheres, que se situam na escala de dez e vinte mil meticais de rendimento, calam-se perante a violência, fazendo supor a existência de outras razões que motivam o silêncio, como, por exemplo, a honra e a necessidade de conservar o casamento.

Quando se faz cruzar a variável religião, as revelações são deveras interessantes. No conjunto das vítimas que não denunciam a violência doméstica 75% professam alguma religião, e somente 25% não frequentam nenhum tipo de igreja.

Dos que praticam a religião, 35% estão vinculados à igreja católica, 30% a confissões



da violência silenciosa queixam-se, sobretudo, da agressão verbal em 12.5%, física em 10% e ofensa moral em 5%.

Afinal parece ser mesmo verdade que as mulheres são as que mais falam dentro de casa. Quanto aos actores, no conjunto das vítimas que não denunciam a violência doméstica, 42% de mulheres

foram violentadas pelos seus próprios maridos, 20% de homens pelas suas próprias esposas, 22.5% de mulheres por outros

membros da família, e somente 2.5% de homens por outros membros da família, ficando claro que a mulher é menos protegida por outros membros da família.

Esta constatação traz à tona a falência do papel dos padrinhos como instituição social, outrora mecanismo importante de aconselhamento, protecção dos direitos dos cônjuges e gestão de conflitos entre parceiros, preferindo os jovens formalizar concubinatos sem o acompanhamento de adultos idóneos,

envolvendo pessoas amigas e de confiança próxima, apenas para facilitar o processo, mas ausentes no momento de amparo moral e resolução de conflitos.

Quando se procura saber do grau de frequência, a pequena amostra esclarece que, no conjunto das vítimas silenciosas, 7.5% de mulheres e 2.5% de homens sofrem o drama todas as semanas, 5% de homens e mulheres vivenciam o problema todos os meses, 22.5% de homens e 47.5% de mulheres são surpreendidas

pela condenável prática ocasionalmente.

Quando se questionam os motivos que levam as vítimas a não denunciar a violência doméstica, 42.5% de mulheres alegam falta de coragem, contra 7.5% de homens; 25% de mulheres argumentam afirmando a necessidade de se evitar a vergonha na família, contra 15% de homens; 5% de homens referem-se à influência da família, amigos, padrinhos e vizinhança, contra 2.5% de mulheres. Estranhamente, nenhum dos inquiridos diz desconhecer os procedimentos a tomar, nem a inexistência próxima de entidades da lei e ordem, o que chama a atenção para a necessidade de se equilibrar as estratégias centradas na divulgação de mecanismos de protecção das vítimas com outras medidas de encorajamento.

Do que foi dito, e à guisa de conclusão, a par da tese geral de que a dependência excessiva gera o medo de denúncia, depreende-se igualmente que toda a intervenção social visando romper o silêncio contra a violência doméstica deverá dar primazia ao empoderamento da mulher, focalizar relações conjugais, priorizar os bairros periféricos, olhar para os níveis e ocupações de menor rendimento, e questionar o efeito perverso das práticas religiosas.

É tempo de libertar a sociedade desta inadmissível escravatura, humanizando a família como o lugar insubstituível de procriação, socialização, desenvolvimento e protecção dos indivíduos.

30% católica, 30% a confissões protestantes e os restantes a igrejas independentes africanas, muçulmana, hindu, budista e outras. Mas a mais importante conclusão a extrair é que, no lugar de promover direitos, liberdades e segurança dos seus fiéis, em nome da ideologia do perdão, fidelidade, obediência canónica, honra religiosa e reconciliação familiar, reproduzindo a velha parábola do bom samaritano, as igrejas não estimulam a denúncia da violência doméstica às autoridades legais.

No conjunto dos que não frequentam nenhuma igreja, são em maior número os homens que preferem o silêncio, numa cifra de 15%, contra 10% de mulheres, revelando-se aqui, provavelmente, o aspecto oculto do orgulho machista.

Olhando para o tipo de violência, o pequeno inquérito mostra que, no conjunto de pessoas que não denunciam esta infracção, 27,5% de mulheres sofrem de violência física, 20% de violência sexual, e 17% de violência psicológica.

Contrariamente, no conjunto dos homens que revelam complexos quando se trata de partilhar situações de abuso de que são vítimas, as percentagens mais altas manifestam-se na agressão psicológica em 10%, agressão física em 7% e noutras formas de violência em 5%. Observe-se que, no que toca às mulheres, a seguir à violência física, a violência sexual é o segundo tipo mais significativo, sendo de admitir a possibilidade de existir muitos casos de abuso sexual perpetrados por parentes próximos, designadamente padrastos, cunhados, tios e outros, que não são denunciados às autoridades competentes.

Estes dados são corroborados pela análise das formas de manifestação da violência, em que as mulheres são afectadas por agressões físicas em 35%, ofensas morais em 17,5%, assédio, estupro ou prática não consentida de sexo em 15%. Por sua vez, os homens que enfrentam o drama